



# Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2026

### EXCLUSIVO PARA ME/EPP

(Processo Administrativo n.º 4/2026)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA** torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, do Ato de sua Mesa Executiva n.º 14/2023, e conforme as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de nobreaks em regime de locação.

**Valor máximo:** R\$ 156.078,72 (cento e cinquenta e seis mil, setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

**Data da sessão:** 02/07/2026 **Horário:** 14h

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**UASG:** 926708 **Modo de disputa:** Aberto

**Pregoeiro(a):** Luiz Fernando Moraes Marendaz **Equipe de Apoio:** Julia Saragoça Bogo

**Contato:** Tel.: (43) 3374-1273 (*WhatsApp*) – Pregoeiro e/ou [licitacao@cml.pr.gov.br](mailto:licitacao@cml.pr.gov.br).

**Site da Licitação:** <https://www.cml.pr.gov.br/imprensa/licitacoes/Pregao/1/2026/26113> (onde o edital e as especificações estarão à disposição dos interessados).

**Aviso:** Para acessar o certame no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), inserir o número **90004/2026** para sua busca.

Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I: Termo de referência;

ANEXO II: Modelo de proposta;

ANEXO III: Minuta de Contrato Administrativo;

ANEXO IV: *Checklist* da documentação necessária à participação no pregão eletrônico.



## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de nobreaks 3 kva online dupla conversão para rack em regime de locação, com prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo peças e baterias, para a Câmara Municipal de Londrina, pelo prazo de 36 meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O preço máximo admitido para este certame é de **R\$ 156.078,72 (cento e cinquenta e seis mil, setenta e oito reais e setenta e dois centavos)**, conforme especificações estabelecidas no termo de referência (anexo I deste edital) e conforme descrição na tabela abaixo:

Item único					
Descrição	Qtd.	Valor Máximo Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total 12 Meses	Valor Total 36 Meses
Locação de nobreaks 3 kva online dupla conversão para rack em regime de locação, com prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo peças e baterias, conforme termo de referência.	7	R\$ 619,36	R\$ 4.335,52	R\$ 52.026,24	R\$ 156.078,72

1.4. A contratação será efetivada por meio da assinatura de **contrato administrativo** (conforme minuta do anexo III deste edital), nos termos do item 12 deste edital.

1.5. As especificações do objeto, dos prazos e condições para sua execução, das obrigações da Contratante e da Contratada, das condições de pagamento e das sanções administrativas aplicáveis no curso da execução contratual estão dispostas no termo de referência (anexo I deste edital) e/ou na minuta de contrato administrativo (anexo III deste edital).

**1.5.1. Em caso de divergências entre as disposições deste edital e seus anexos e a descrição do objeto no sistema *Comprasnet* ([Compras.gov.br](http://Compras.gov.br)), prevalecerão as deste**



# **Câmara Municipal de Londrina**

## **Estado do Paraná**

**edital.**

### **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de recursos do orçamento vigente da Câmara Municipal de Londrina, conforme a seguinte classificação: Funcional Programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramentos: 3.3.90.40.01.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

**3.1.** Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas de cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.3.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação do licitante.

**3.4.** A participação nesta licitação é exclusiva para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparados, nos termos dos arts. 3º e 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e da Lei Municipal n.º 13.618/2023, que prevê, em seu art. 30, que as licitações cujo valor estimado global ou valor



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

individual dos lotes ou itens não superar o dobro do valor previsto no art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão ser exclusivas para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados.

**3.4.1.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

**3.5.** Não poderá disputar esta licitação o interessado:

**3.5.1. Não enquadrado como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP),** nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, ou equiparados;

**3.5.2.** Que não atender às condições deste edital e seu(s) anexo(s);

**3.5.3.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.5.4.** Empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.5.5.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.5.5.1.** O impedimento de que trata o subitem acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.5.6.** Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**3.5.7.** Empresa(s) controladora, controlada(s) ou coligada(s), nos termos da Lei n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;

**3.5.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.5.9.** Agente público do órgão ou entidade licitante.

**3.5.9.1.** A vedação de que trata o subitem acima se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.5.9.2.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.

**3.5.10.** Que tenha, como sócio-gerente, administrador ou integrante de conselho, servidor do Município de Londrina, por força do art. 204, I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 4.928/1992 – Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina/PR.

**3.5.11.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.5.12.** Sociedades empresárias estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**3.5.13.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

**3.6.** Ao participar do certame, os licitantes declaram-se cientes e concordam que:

**3.6.1** Os documentos apresentados durante a licitação que contenham dados pessoais serão juntados ao processo administrativo, o qual possui caráter público, nos termos da legislação de acesso à informação.

**3.6.2.** A Câmara Municipal de Londrina utilizará os dados pessoais coletados exclusivamente para as finalidades do processo licitatório e eventual contratação, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**3.6.3.** Recomenda-se que os licitantes apresentem apenas os documentos estritamente necessários contendo dados pessoais, com tarjamento de informações excessivas ou desnecessárias à finalidade do certame (como endereço residencial, telefone pessoal, dados bancários, entre outros).

**3.6.4.** O tratamento de dados pessoais pela Câmara Municipal de Londrina será realizado com base no art. 7º, II (para cumprimento de obrigação legal) e/ou art. 7º, III (execução de contrato) da LGPD.

**3.6.5.** Em caso de dúvidas sobre o tratamento de dados pessoais, o licitante poderá contatar o Encarregado de Dados da Câmara Municipal de Londrina pelo protocolo oficial: <https://www.cml.pr.gov.br/protocolo/LGPD>.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com os preços, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos.

**4.3.2.** A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo

**4.3.3.** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.4.** Inexiste impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

**4.3.5.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.3.6.** Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**4.3.7.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**4.3.8.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.**

**4.4.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.5.** A falsidade das declarações de que tratam os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e neste Edital.

**4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá registrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1. Valor unitário e total do item**, conforme estabelecido no item 1 deste edital;

**5.1.2.** Descrição do objeto, contendo informações condizentes com as especificações do termo de referência.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.3.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.3.2.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.3.3.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.4.** A apresentação das propostas implica em obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência (anexo I deste edital), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.





## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**5.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na licitação nos termos do art. 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**6.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.1.** O lance deverá ser **ofertado pelo valor unitário do item**.

**6.5.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

**6.5.3.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.5.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.



## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

**6.5.5.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.6.** O procedimento seguirá o **modo de disputa aberto**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.6.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.6.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.6.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.6.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.6.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.7.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.8.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.9.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.10.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.10.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**6.11.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.12.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.12.1.** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, nesta ordem:

**6.12.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.12.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n.º 14.133/2021;

**6.12.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.12.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.12.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.12.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.12.2.2.** Empresas brasileiras;

**6.12.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

**6.12.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

**6.13.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

**6.13.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado.

**6.13.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.13.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.14.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie proposta, **em arquivo pdf, adequada ao último lance** ofertado após a negociação realizada (conforme modelo do anexo II).

**6.14.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.14.2.** Quando da convocação para envio da proposta readequada nos termos deste subitem, também poderá ser solicitado ao licitante que encaminhe a documentação complementar mencionada no item 8.2.1 deste edital.

**6.15.** A proposta deverá vir acompanhada dos seguintes documentos, conforme item 3.1 do termo de referência (anexo I deste edital):

**6.15.1.** Catálogos ou manuais do item ofertado que comprovem o atendimento das especificações do objeto e demais condições do Termo de Referência.

**6.16.** Com o objetivo de tornar a análise das propostas mais eficiente, caso haja volume significativo de propostas para o certame, o pregoeiro poderá solicitar, dos licitantes classificados, independentemente de sua posição na ordem de classificação, o envio de proposta atualizada e da documentação complementar exigida no item 6.15 referente às especificações do objeto para análise prévia de conformidade com o termo de referência.

**6.16.1.** Os licitantes convocados deverão enviar a documentação técnica no prazo estabelecido no edital e o não atendimento da convocação do pregoeiro resultará na desclassificação do licitante.

**6.16.2.** A análise prévia da documentação técnica não substitui a negociação de preços, que será realizada exclusivamente com o licitante mais bem classificado dentre as propostas tecnicamente válidas.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**6.17.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, caput)

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, § 1º).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, § 2º).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será desclassificado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4 e 4.4 deste edital.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts 29 a 35 da IN SEGES n.º 73/2022.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**7.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

**7.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo fixado pela Administração.

**7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta ou que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, ou após a convocação do licitante para que comprove a exequibilidade da sua proposta.

**7.8.2.** O indício de inexequibilidade poderá ser superado caso, dentre as empresas proponentes, ao menos metade tenha seu preço final inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo fixado pela Administração.

**7.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.10.** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, conforme disposições deste Edital.



## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

### 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, dos documentos por ele abrangidos e somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.1.1.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**8.1.2.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.2.** Na falta de documento(s) no SICAF, o pregoeiro e/ou a equipe de apoio poderão verificar em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, desde que seja possível fazê-lo de modo imediato durante a sessão pública, sendo que tal diligência constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.2.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou estejam ausentes no SICAF e não sejam obtidos pela diligência do subitem acima serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro.**

**8.2.2.** O prazo do subitem acima pode ser prorrogado por uma vez, a pedido, devidamente fundamentado, por igual período.

**8.2.3.** Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.3.** Nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021, para a habilitação do licitante vencedor serão exigidos os documentos relacionados nos itens seguintes:

**8.4.** Para fins de **habilitação jurídica**, será exigido do vencedor:

**8.4.1.** Se empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.4.2.** Se **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;





## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

**8.4.3.** Se sociedade empresária, **Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.4.** Se **sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020;

**8.4.5.** Se sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.6.** Se **filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.5.** Os documentos de constituição apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.6.** Como **habilitação fiscal, social e trabalhista**, será exigido do vencedor:

**8.6.1.** Prova de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica – CNPJ;

**8.6.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (referente a créditos tributários federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social), nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751/2014 SRFB/PGFN;

**8.6.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.6.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do art. 642-A da CLT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);

**8.6.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

**8.6.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**8.7.** O licitante detentor do menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**8.8.** Como **Qualificação Econômico-Financeira**, será exigida do vencedor:

**8.8.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor/prestador – Lei n.º 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

**8.9.** Na fase de habilitação, também será verificada a prestação das declarações exigidas no item 4.3 do edital.

**8.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e/ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.11.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.2.1.

**8.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015).

**8.15.** Caso os documentos de habilitação não mencionem prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste Edital.

**8.16.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

**9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso, pelos demais licitantes, será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no preâmbulo deste edital.

### **10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**10.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**10.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**10.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**10.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (*chat*), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**10.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**11.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e, se for o caso, exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133/2021.

### **12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**12.1.** Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato administrativo no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e em outras legislações aplicáveis.

**12.2.** Na hipótese de o convocado não assinar o contrato administrativo no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

**12.3.** Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**12.3.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do vencedor original;

**12.3.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**12.4.** A recusa injustificada do vencedor em assinar o contrato administrativo, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda de eventual garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**12.4.1.** A regra do item acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 12.3.

**12.5.** A assinatura do contrato administrativo pelo adjudicatário poderá se dar, alternativamente:

**12.5.1.** Pela convocação para comparecer perante a Administração para a assinatura;

**12.5.2.** Pelo seu encaminhamento pela Administração ao adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; ou

**12.5.3.** Pelo encaminhamento do arquivo digital para assinatura, por meio de certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil), na forma da legislação vigente (como, por exemplo, o Assinador Serpro, disponível em <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>).

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**13.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

**13.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

**13.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

negociação;

**13.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**13.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**13.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**13.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

**13.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

**13.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**13.1.5.** Fraudar a licitação

**13.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**13.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**13.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**13.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**13.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**13.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

**13.2.** Com fundamento na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**13.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.;

**13.2.2.** Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação ou do item prejudicado pela conduta do licitante, conforme os



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

seguintes parâmetros

13.2.2.1. No caso das infrações indicadas nos subitens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 2% (dois por cento) sobre o valor anual da contratação.

13.2.2.2. No caso das infrações indicadas nos subitens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 14.1.8, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor anual da contratação.

**13.2.3.** Impedimento de licitar e contratar, aplicado ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Londrina, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**13.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**13.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.5.** A advertência será aplicada diretamente pelo pregoeiro, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade, cabendo recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis à autoridade superior (Diretor-Geral), contados a partir da notificação, pelo Pregoeiro, da aplicação da advertência.





## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**13.5.1.** Caso haja recurso contra a aplicação da advertência, a petição deverá ser encaminhada à Gestora do Contrato para encaminhamentos processuais até a decisão do recurso pelo Diretor-Geral.

**13.6.** As sanções de multa, de impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante formada por, no mínimo, 2 (dois) agentes públicos, na seguinte forma:

**13.6.1.** O pregoeiro deverá encaminhar ao(a) gestor(a) do contrato relatório acerca do descumprimento contratual;

**13.6.2.** Recebido o relatório, o(a) Gestor(a) encaminhará para a Diretoria-Geral, para a instauração do processo, e para a Presidência, para designação dos servidores, escolhidos entre os lotados no Departamento de Suprimentos e Patrimônio e/ou no Departamento demandante, que comporão a comissão processante, respeitada a segregação de função.

**13.7.** O processo administrativo tramitará da seguinte forma:

**13.7.1.** O interessado será notificado sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo informado que, caso tenha interesse, deve indicar, desde já, as provas que pretende produzir e que os autos estão disponíveis para consulta.

**13.7.2.** O pedido de produção de provas será rejeitado, mediante decisão fundamentada, nos casos em que for manifestamente protelatório ou irrelevante para o caso concreto.

**13.7.3.** Caso aceito o pedido de produção de provas, após a dilação probatória do processo, deverá ser concedido novo prazo de 15 (quinze) dias úteis ao interessado para alegações finais.

**13.7.4.** Em seguida, a comissão processante, elaborará relatório e encaminhará para decisão da Diretoria-Geral em caso de arquivamento ou aplicação das penas de multa e impedimento de licitar e contratar ou para a Presidência, em caso de aplicação da pena de declaração de inidoneidade.

**13.8.** Na aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.9.** Da decisão que aplicar a pena de multa e de impedimento de licitar com o Município de



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

Londrina, caberá recurso administrativo ao Presidente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

**13.9.1.** O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à Presidência para decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**13.9.2.** O recurso terá efeito suspensivo.

**13.10.** Da decisão que aplicar a pena de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração ao(à) Presidente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, que será decidido no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**13.11.** Transitada em julgado a decisão que aplicou a penalidade:

**13.11.1.** A interessada será notificada.

**13.11.2.** Será extraída portaria da decisão de aplicação da penalidade para publicação no Jornal Oficial do Município (exceto no caso de advertência), cuja data será utilizada como termo inicial da contagem dos efeitos.

**13.11.3.** A penalidade aplicada será registrada no SICAF e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

**13.12.** O prazo para pagamento da multa será de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da notificação para recolhimento.

**13.13.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**13.14.** Aplica-se subsidiariamente ao procedimento de penalização previsto neste edital e seus anexos, o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021, e analogicamente o previsto na Lei n.º 9.784/1999.

**13.15.** As sanções por atos praticados no decorrer da execução do objeto estão previstas no termo de referência (anexo I deste edital) e/ou na minuta do contrato administrativo (anexo III deste edital).



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

**14.3.1.** Mediante protocolo de documento assinado pelo representante legal, acompanhado de documentação comprobatória dos poderes de representação, junto ao Departamento de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Londrina, localizado, provisoriamente, na Rua Marselha, n.º 185, Jardim Piza, CEP: 86.041-140, Londrina /PR; ou

**14.3.2.** Mediante protocolo eletrônico de documento assinado pelo representante legal, acompanhado de documentação comprobatória dos poderes de representação, no seguinte endereço: <https://www.cml.pr.gov.br/protocolo>.

**14.4.** Deve o licitante confirmar junto ao pregoeiro o recebimento do pedido de impugnação ou do pedido de esclarecimento.

**14.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**14.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**14.7.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### **15. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**15.1.** As partes se comprometem a cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) em todos os tratamentos de dados pessoais realizados em decorrência deste edital, nos seguintes termos:



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

- 15.2.** A Contratada somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da Contratante, em consonância com as finalidades do Contrato e de acordo com os princípios estabelecidos no art. 6º da LGPD.
- 15.3.** É vedado à Contratada compartilhar com terceiros os dados pessoais obtidos em razão deste Contrato, salvo nas hipóteses legalmente permitidas e com prévia autorização da Contratante.
- 15.4.** A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contratação de suboperadores que realizem tratamento de dados pessoais relacionados a este Contrato.
- 15.5.** Ao término do Contrato, a Contratada deverá eliminar os dados pessoais tratados, salvo nas hipóteses legais que permitam sua conservação, conforme art. 16 da LGPD.
- 15.6.** A Contratada é responsável por orientar e capacitar seus colaboradores quanto às obrigações e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 15.7.** Em caso de subcontratação autorizada, a Contratada permanece integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações referentes à proteção de dados pessoais.
- 15.8.** A Contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar informações ou realizar diligências para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.
- 15.9.** A Contratada deverá notificar a Contratante, no prazo máximo de 24 horas, sobre qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados.
- 15.10.** O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá acarretar, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis, a rescisão unilateral do Contrato pela Contratante.
- 15.11.** A Contratada declara-se ciente de que o tratamento inadequado dos dados pessoais poderá acarretar responsabilização nas esferas administrativa, civil e criminal, nos termos previstos na LGPD e demais legislações aplicáveis.

### **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1.** Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico e na página do processo licitatório no *site* da Câmara Municipal de Londrina indicado no preâmbulo deste edital.
- 16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

contrário, pelo Pregoeiro.

**16.3.** Todas as referências de tempo no edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão o Horário de Brasília – DF.

**16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste edital.

**16.10.** O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital, também, podendo ser lidos e/ou obtidos na sede da Câmara Municipal de Londrina (Rua Gov. Parigot de Souza, n.º 145, Centro Cívico, CEP: 86.015-903, Londrina /PR), nos dias úteis, entre 13 e 18 horas, mesmo endereço e período nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Londrina, datado e assinado eletronicamente.

**Éder Balbino**

Diretor Administrativo-Financeiro da Câmara Municipal de Londrina-PR



# Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 DO OBJETO

**1.1** O objeto deste termo de referência é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de **nobreaks 3 kva online dupla conversão** para rack em regime de locação, com prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo peças e baterias, conforme especificações da tabela abaixo, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Londrina.

Grupo único			
Item	Especificação	Período	Quantidade
1	Locação de nobreak 3 kva online dupla conversão para rack	36 meses	7 unidades

**1.1** A contratação se dará pelo menor preço por item.

**1.2** A contratação será efetivada por meio da assinatura de instrumento de contrato administrativo, cuja vigência será de 36 meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

**1.3** Para fins de incentivo à concorrência, o orçamento desta contratação deverá ser sigiloso.

### 2 DA JUSTIFICATIVA

#### 2.1 Dos motivos para a contratação

**2.1.1** A contratação se justifica para o atendimento da necessidade de conferir proteção contra oscilações e interrupções de tensão a equipamentos que propagam a rede cabeada e wireless da CML.

**2.1.2** As principais demandas a serem atendidas pela contratação de locação de nobreaks, com manutenção preventiva e corretiva, peças e baterias, são:

**2.1.2.1** Garantir o fornecimento de energia durante oscilações e quedas da rede elétrica dos equipamentos críticos das redes locais.

**2.1.2.2** Evitar ou minimizar as ocorrências de interrupções abruptas ou desligamentos não programados dos equipamentos.

**2.1.2.3** Evitar ou minimizar danos aos equipamentos ou a perda de dados.

**2.1.2.4** Reduzir o tempo de gestão e manutenção do recurso nobreak.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **2.2 Justificativa do quantitativo**

**2.2.1** O quantitativo solicitado baseia-se na proteção dos equipamentos dos racks que acomodam equipamentos relacionados à rede e aos serviços da CML, com exceção de um rack que já é protegido.

### **2.3 Justificativa das especificações**

**2.3.1** Foram especificados equipamentos e condições capazes de satisfazer as necessidades de proteção dos equipamentos da CML.

### **2.4 Critérios de desenvolvimento sustentável adotados**

**2.4.1** A logística reversa é de responsabilidade da Contratada, devendo a mesma obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, em especial, no que se refere a restos de componentes eletrônicos e baterias.

**2.4.2** A empresa também deverá apresentar sempre que instada pelo fiscal do Contrato, no prazo de 15 dias úteis, Certificado de Destinação Final dos resíduos sólidos devolvidos a título de logística reversa.

**2.4.3** O Certificado de Destinação deve ser emitido por quem os tenha recebido, juntamente com documentação que comprove a regularidade ambiental das atividades do receptor dos resíduos (Licença Ambiental).

### **2.5 Do plano anual de contratação**

**2.5.1** Este Termo de Referência está em conformidade com o Plano Anual de Contratações da Câmara Municipal de Londrina.

## **3 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** A Licitante deverá apresentar catálogos que comprovem o atendimento de todas as especificações técnicas dos equipamentos (item 4: Das Especificações Técnicas, deste TR), em especial o disposto nos subitens 4.1.6, 4.1.9, e 4.1.25.

**3.2** A comprovação do atendimento das especificações pode ser complementada por declaração do fabricante.

**3.3** É permitida a subcontratação do objeto deste termo de referência para cumprimento das atividades de transporte, instalação de equipamentos e baterias.





## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

### 4 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 4.1 Especificações técnicas do nobreak:

- 4.1.1 Potência nominal mínima 3000 VA com tecnologia de controle digital DSP;
- 4.1.2 Autonomia típica de, no mínimo, 6 minutos, com 50% da carga, sem banco de baterias externo;
- 4.1.3 Deve suportar expansão da autonomia por meio de banco de baterias externo;
- 4.1.4 Proteções: sobrecarga, curto-circuito, temperatura, baixa carga na bateria e surtos de tensão;
- 4.1.5 DH (distorção harmônica) menor ou igual a 5% com carga linear;
- 4.1.6 **Dupla conversão;**
- 4.1.7 Fator de potência de entrada a plena carga igual ou superior a 0.98;
- 4.1.8 Fator de potência igual ou superior a 90%;
- 4.1.9 **6 (seis) UPSs com tensão de entrada 110V e 1 (um) UPS com tensão de entrada 220V ou Bivolt;**
- 4.1.10 Tensão de saída 110 e/ou 220V;
- 4.1.11 Variação na tensão de entrada igual ou inferior a 15%;
- 4.1.12 Frequência: (Sincronizado a Rede AC);  $50/60 \pm 0.2\text{Hz}$  (Modo Bateria);
- 4.1.13 Bypass para transferência automática de alimentação;
- 4.1.14 Tempo de Transferência: Modo Rede AC para Modo Bateria: 0ms / Modo Inversor para Modo By-pass: 4ms;
- 4.1.15 Forma de Onda: Pura Senoidal;
- 4.1.16 Portas RS232, RJ45 e USB;
- 4.1.17 Banco de baterias seladas internas;
- 4.1.18 Alimentação de entrada com plugue de 20A, padrão NBR 14136;
- 4.1.19 Saída com, no mínimo, 4 (quatro) tomadas padrão NBR 14136 protegidas por bateria;
- 4.1.20 Gabinete com pintura predominante preta;
- 4.1.21 Com dimensão máxima de 750 mm de profundidade;



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

- 4.1.22 Deve possuir display frontal com sinalização de rede e bateria;
- 4.1.23 Alarme sonoro para rede anormal, baixa carga na bateria e falha do nobreak;
- 4.1.24 Deve possuir software para monitoramento e desligamento remoto, com suporte a Windows 10 e 11 ou Windows Server 2016, 2019 e 2022;
- 4.1.25 **Deve suportar monitoramento SNMP (deve ser fornecida placa/kit, caso não seja nativa do equipamento);**
- 4.1.26 Deve ser adequado para fixação em rack de 19" e com 800mm de profundidade e vir acompanhado dos acessórios para permitir esta fixação, ocupando no máximo 2 Us de altura.
- 4.1.27 O equipamento deve ser novo sem uso anterior, comprovado em nota fiscal pelo fabricante.

4.2 A Prestação de serviços inclui ainda para cada um dos equipamentos locados os serviços de instalação (com fixação no rack de destino, na sede da Contratante), fornecimento de porca gaiola e suportes necessários à fixação no rack, configuração e assistência técnica dos equipamentos, com manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças e baterias.

4.3 Os chamados para manutenção corretiva devem atender às seguintes condições:

- 4.3.1 Registro de chamados para manutenção ou via WEB ou telefone ou mensagem de correio com geração de protocolo de atendimento.
- 4.3.2 Tempo máximo para atendimento via telefone ou e-mail: 1 dia útil após abertura de chamado.
- 4.3.3 Em caso de reincidência de falha na proteção elétrica, ainda que a causa não tenha sido identificada, fica a Contratada obrigada a trocar o equipamento por outro de modelo e especificações idênticas ou superiores, respeitado o tempo máximo de atendimento.
- 4.3.4 Solucionar falhas registradas no prazo máximo de 1 dia útil, com correção das falhas ou substituição do equipamento.

4.4 Das manutenções:

- 4.4.1 Realizar, no mínimo, 02 manutenções preventivas anuais nos equipamentos locados, durante toda a vigência do contrato. Sendo necessário, o fiscal poderá



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

solicitar a realização de manutenções preventivas em datas específicas.

**4.4.2** Mesmo que a solicitação ultrapasse as 02 manutenções preventivas, não haverá ônus adicional para a Contratante.

**4.4.3** Atender aos chamados de manutenção corretiva, no prazo máximo de 1 dia útil, e informar os meios para abertura e acompanhamento desses chamados (telefone, WhatsApp ou sistema próprio da Contratada para gerenciamento de chamados).

**4.4.4** Solucionar problemas registrados no prazo máximo de 1 dia útil, com correção dos problemas ou substituição do equipamento.

### **4.5 Do Nível Mínimo de Serviço**

**4.5.1** A Contratada deverá garantir disponibilidade mínima mensal de 98% (noventa e oito por cento) para cada equipamento locado, calculada sobre o total de horas do mês, desconsideradas as interrupções programadas previamente comunicadas ao Fiscal do Contrato com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

**4.5.2** Para efeito de apuração da disponibilidade, considera-se:

a) Tempo de Atendimento: intervalo entre a abertura do chamado e o primeiro contato efetivo da Contratada com o Fiscal do Contrato, que não poderá exceder 1 (um) dia útil;

b) Tempo de Resolução: intervalo entre a abertura do chamado e o efetivo retorno do equipamento ao funcionamento normal, que não poderá exceder 1 (um) dia útil.

**4.5.3** Pela indisponibilidade que exceder o limite de 2% (dois por cento) mensal, será aplicado desconto proporcional na fatura do mês de referência, calculado sobre o valor unitário mensal do equipamento afetado, à razão de 1/720 (um setingentésimo e vigésimo) do valor unitário mensal por hora de indisponibilidade excedente ao limite tolerado.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO: CONDIÇÕES DE SOLICITAÇÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1** Após a assinatura do contrato, a Nota de Empenho será encaminhada pelo Fiscal à contratada via e-mail ou via aplicativo de mensagens (WhatsApp), como forma de solicitação de início da execução.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**5.2** A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do envio da Nota de Empenho pelo Fiscal do Contrato por e-mail à Contratada.

**5.3** Os itens deverão ser entregues na sede do órgão, no Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, Rua Parigot de Souza, nº. 145, Londrina, Paraná, CEP: 86015-903, no horário das 13 horas às 19 horas, de segunda a sexta-feira.

**5.3.1** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue com os itens.

**5.3.2** A Contratada arcará com os custos da entrega.

**5.3.3** A Contratada se responsabilizará por danos decorrentes do transporte.

**5.4** O objeto da contratação será recebido pelo Fiscal de forma:

**5.4.1** Provisória, no prazo de até 5 dias, contados da data da entrega.

**5.4.2** Definitiva, no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório.

**5.5** O recebimento provisório consistirá na conferência básica da quantidade dos itens entregues em confronto com a Nota Fiscal e será dado mediante assinatura no canhoto do documento fiscal ou em protocolo de entrega.

**5.5.1** O Fiscal poderá recusar o recebimento provisório em caso de incompatibilidade entre os quantitativos ou características declarados no documento fiscal e o efetivamente entregue e no caso de evidente desatendimento da solicitação.

**5.6** O recebimento definitivo pressupõe a verificação da adequação do produto entregue às especificações deste Termo de Referência e à proposta do Contratado e será dado mediante ateste na Nota Fiscal ou termo de recebimento específico.

**5.6.1** O prazo do recebimento definitivo ficará suspenso caso haja a necessidade da correção na entrega do objeto ou na Nota Fiscal apresentada, situação em que poderá ser dado recebimento definitivo na parcela incontroversa, em conformidade com documento fiscal específico.

**5.7** Nenhuma espécie de recebimento prejudica a responsabilidade da empresa fornecedora por vícios ocultos.

**5.8** Na impossibilidade de entrega da marca e modelos propostos, a Contratada poderá solicitar, via e-mail, ao Fiscal a solicitação de troca de marca, desde que:

**5.8.1** Indique a motivação, devidamente comprovada, da impossibilidade de entrega da marca originalmente proposta.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**5.8.2** Indique a nova marca a ser entregue, acompanhada de catálogo ou documento que comprove o pleno atendimento de todas as especificações exigidas no presente Termo de Referência;

**5.8.3** Seja realizado dentro do prazo inicial de entrega dos produtos solicitados.

### **6 MODELO DE EXECUÇÃO: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1** Além das informações essenciais acerca da prestação realizada, a Nota Fiscal deverá ser apresentada mensalmente, com as seguintes informações:

**6.1.1** Se a empresa é optante pelo Simples, se for o caso;

**6.1.2** Com a indicação das retenções tributárias devidas, se for o caso, especialmente em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) quando necessário, conforme Instrução Normativa nº 1234/2012 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 776/2023;

**6.1.3** Com a informação do número e ano da Nota de Empenho a qual se refere.

**6.1.4** Com a informação do número e ano do tipo de licitação;

**6.1.5** Com a informação do número e ano do contrato e do aditivo, se for o caso.

**6.2** O pagamento do objeto deste contrato será feito à empresa Contratada em até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos itens solicitados.

**6.2.1** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso desde a notificação até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

**6.2.2** Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**6.3** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**6.3.1** Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**6.4** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que não tenha sido especificada no Termo de Referência.

**6.5** A Contratante poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**6.6** O valor contratual poderá ser reajustado anualmente, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de elaboração do orçamento que serviu de base para a fixação do preço máximo do certame, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período.

### **7 MODELO DE EXECUÇÃO: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**7.1** A Contratada se obriga a:

**7.1.1** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, tipo e procedência;

**7.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.1.3** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, os produtos com avarias ou defeitos;

**7.1.4** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo de referência;

**7.1.5** Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados de maneira clara, concisa e lógica, bem como atendendo de imediato às reclamações;

**7.1.6** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**7.1.7** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

**7.1.8** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução das obrigações assumidas.

**7.1.9** Utilizar o endereço de e-mail e/ou o número de telefone em aplicativo de mensagens (WhatsApp) indicado em sua proposta ou informado no início da execução do Contrato como meio oficial de comunicação com a Contratante, devendo mantê-lo atualizado e apto a receber mensagens da Contratante.

**7.1.10** Quando for o caso, a Contratada deverá entregar os Termos de Garantia dos produtos, emitidos pelos fabricantes e assinados pelo representante legal da empresa, junto ao material.

### **7.2 A Contratante se obriga a:**

**7.2.1** Verificar minuciosamente e no prazo a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**7.2.2** Rejeitar, no todo ou em parte, objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada, justificando as razões da recusa.

**7.2.3** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.4** Proceder ao pagamento da fatura decorrente deste instrumento na forma e prazo pactuados.

**7.2.5** Notificar, por escrito, a Contratada, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

**7.2.6** Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, nos termos do art. 123 da Lei 14.133/2021.





## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **7.3 Do sigilo das informações e proteção de dados pessoais:**

**7.3.1** Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018 – LGPD), a Contratada, seus administradores, empregados, prepostos, técnicos e demais agentes que, em razão da execução deste contrato, tiverem acesso às dependências da Contratante, aos equipamentos locados, aos sistemas de gerenciamento e monitoramento de rede (inclusive via SNMP, RS232, RJ45 e USB) ou quaisquer dados ou informações da Contratante, obrigam-se a:

- a) Manter absoluto sigilo sobre todas as informações e dados a que tiverem acesso, incluindo dados de configuração de rede, logs, topologia, credenciais, dados de tráfego e quaisquer outros dados, independentemente de estarem ou não expressamente classificados como confidenciais;
- b) Utilizar as informações e dados acessados exclusivamente para os fins de execução do objeto contratado, sendo vedado o uso para qualquer outra finalidade;
- c) Não divulgar, transferir, ceder, vender ou de qualquer forma compartilhar com terceiros quaisquer dados ou informações da Contratante;
- d) Adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias para prevenir incidentes de segurança que possam comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e informações da Contratante, incluindo a adoção de protocolos que evitem backdoors e vulnerabilidades nos equipamentos e softwares objeto deste contrato;
- e) Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato qualquer incidente de segurança, incluindo acesso indevido, vazamento de dados, vulnerabilidades identificadas e ataques de qualquer natureza, guardando todos os registros (inclusive logs, metadados e demais evidências) que subsidiem eventual auditoria;
- f) Em caso de solicitação de acesso por autoridade governamental aos dados da Contratante em decorrência da execução deste objeto, dar ciência imediata ao Fiscal do Contrato, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação e desde que expressamente exigido, por escrito, pela autoridade;
- g) Caso a Contratada seja subsidiária brasileira de empresa estrangeira, manter acordo de sigilo com a respectiva holding estrangeira, vedando o compartilhamento das informações da Contratante com demais empresas do grupo econômico.

**7.3.2** O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, revelando informações e dados confidenciais ou facilitando sua revelação, poderá ensejar a rescisão do contrato e sujeitará a Contratada às sanções contratuais previstas neste



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

instrumento, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal cabíveis, bem como da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Contratante ou a terceiros.

**7.3.3** As obrigações previstas nesta cláusula subsistem após o término ou rescisão do contrato.

### **8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO: DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**8.1** A fiscalização da contratação será exercida por representante da Câmara Municipal de Londrina, ao qual competirá acompanhar e orientar a execução do objeto.

**8.1.1** A fiscalização será exercida pelo(a) servidor(a) Danielle Domeneghetti Crepaldi de Oliveira, lotado no Departamento de Informática, matrícula 99954.

**8.1.2** O servidor responsável pela fiscalização poderá ser substituído por ato do Gerente do respectivo departamento ou despacho do Diretor-Geral, devendo a alteração, em qualquer caso, ser formalmente comunicada à Contratada e à Gestão do Contrato.

**8.2** Ao Fiscal do contrato ficam designadas as seguintes atribuições:

**8.2.1** Somente solicitar prestações da Contratada mediante o envio da Nota de Empenho correspondente.

**8.2.2** Acompanhar e orientar a execução do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**8.2.3** Receber provisória e definitivamente o objeto, verificando a correção dos valores apontados na Nota Fiscal/ Fatura, antes de remetê-la ao Departamento Financeiro para pagamento.

**8.2.4** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando a data e o nome dos envolvidos

**8.2.5** Controlar os saldos e quantitativos já executados e/ou já empenhados, a empenhar ou a executar, bem como os já efetivamente pagos do Contrato.

**8.2.6** Comunicar ao Gestor do Contrato caso identifique faltas ou defeitos na execução aptas a causar a instauração de procedimento administrativo para aplicação de penalidade.

**8.3** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**8.4** Após o recebimento definitivo do objeto, o Fiscal encaminhará ao Gestor, relatório indicando a finalização do contrato, as eventuais ocorrências e incidentes, bem como a(s) Nota(s) Fiscal(is) com o recebimento definitivo.

**8.5** A cada 12 (doze) meses de execução contratual, o Fiscal encaminhará ao Gestor, relatório de execução contratual, contendo as eventuais ocorrências e incidentes, bem como a(s) Nota(s) Fiscal(is) com o recebimento definitivo.

**8.6** A Gestora do Contrato será designada no instrumento contratual.

**8.7** A Gestora do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

### **9 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO: DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** Nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, a Contratada, ao descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, ficará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da referida Lei, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**9.2** À Contratada poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

**9.2.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**9.2.2** Multa:

**9.2.2.1** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, calculado sobre o valor da Nota de Empenho ou valor proporcional do item inadimplido, até o limite de 30% (trinta por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do objeto da contratação ou do respectivo item inadimplido.

**9.2.2.2** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado nos prazos especificados para manutenção e suporte, calculado sobre o valor da Nota de Empenho ou valor proporcional do item inadimplido, até o limite de 30% (trinta por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do objeto da contratação ou do respectivo item inadimplido.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**9.2.2.3** Compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução total do objeto, ou do valor proporcional ao item inadimplido, no caso de inexecução total de itens específicos.

**9.2.3** Impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Londrina pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos dos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**9.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei e nos casos citados no subitem anterior que justifiquem a imposição de sanção mais grave.

**9.3** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**9.4** A entrega de objeto em desacordo com o Termo de Referência não descaracteriza a mora, que continuará sendo contada sem interrupção até a entrega adequada do objeto.

**9.5** A advertência será aplicada diretamente pelo Fiscal da contratação, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade, cabendo recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis à autoridade superior (Diretor-Geral), contados a partir da notificação, pelo Fiscal, da aplicação da advertência.

**9.5.1** Caso haja recurso contra a aplicação da advertência, a petição deverá ser encaminhada à Gestora para encaminhamentos processuais até a decisão do recurso pelo Diretor-Geral.

**9.6** As sanções de multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante formada por, no mínimo, 2 (dois) agentes públicos, na seguinte forma:

**9.6.1** O fiscal deverá encaminhar ao gestor relatório acerca do descumprimento contratual;

**9.6.2** Recebido o relatório, o Gestor encaminhará para a Diretoria-Geral, para a instauração do processo, e para a Presidência, para designação dos servidores, escolhidos entre os lotados no Departamento de Suprimentos e Patrimônio e/ou no Departamento demandante, que comporão a comissão processante, respeitada a segregação de função.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**9.7** O processo administrativo tramitará da seguinte forma:

**9.7.1** O interessado será notificado sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo informado que, caso tenha interesse, deve indicar, desde já, as provas que pretende produzir e que os autos estão disponíveis para consulta.

**9.7.2** O pedido de produção de provas será rejeitado, mediante decisão fundamentada, nos casos em que for manifestamente protelatório ou irrelevante para o caso concreto.

**9.7.3** Caso aceito o pedido de produção de provas, após a dilação probatória do processo, deverá ser concedido novo prazo de 15 (quinze) dias úteis ao interessado para alegações finais.

**9.7.4** Em seguida, a comissão processante, elaborará relatório e encaminhará para decisão da Diretoria-Geral em caso de arquivamento ou aplicação das penas de multa e impedimento de licitar e contratar ou para a Presidência, em caso de aplicação da pena de declaração de inidoneidade.

**9.8** Na aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**9.9** Da decisão que aplicar a pena de multa e de impedimento de licitar com o Município de Londrina, caberá recurso administrativo ao Presidente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

**9.9.1** O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à Presidência para decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**9.9.2** O recurso terá efeito suspensivo.

**9.10** Da decisão que aplicar a pena de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração ao Presidente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, que será decidido no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**9.11** Transitada em julgado a decisão que aplicou a penalidade:

**9.11.1** A interessada será notificada.

**9.11.2** Será extraída portaria da decisão de aplicação da penalidade para publicação no Jornal Oficial do Município (exceto no caso de advertência), cuja data será utilizada como termo inicial da contagem dos efeitos.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**9.11.3** A penalidade aplicada será registrada no SICAF e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**9.12** O prazo para pagamento da multa será de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da notificação para recolhimento.

**9.13** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**9.14** Aplica-se subsidiariamente ao procedimento de penalização previsto no presente Termo de Referência, o procedimento previsto na Lei nº 14133/2021, e analogicamente o previsto na Lei nº 9.784, de 1999.

Londrina, *datado e assinado eletronicamente.*

Anderson Rafael Delattre Abe  
Departamento de Informática



## CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

### ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

À Câmara Municipal de Londrina

**Identificação do Proponente:**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone/E-mail:**

**Identificação do Representante Legal:**

**Nome:**

**RG:**

**CPF:**

**Dados de contato:**

Submetemos, à apreciação de V. S.<sup>a</sup>, a presente proposta comercial, relativa à **contratação de empresa especializada para o fornecimento de nobreaks 3 kva online dupla conversão para rack, com prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo peças e baterias, pelo período de 36 meses**, atendidas as especificações do termo de referência, conforme preços abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Preço	
			Unitário	Total
01	Locação de nobreak 3 kva online dupla conversão para rack, conforme termo de referência.	7	R\$	R\$

1. A validade desta proposta é de \_\_\_\_\_ [no mínimo 90] dias.
2. Nos valores informados, já estão incluídas todas as despesas, a exemplo de custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, frete, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.





## CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

3. A proponente declara que está ciente de todas as informações, prazos e serviços a serem prestados, conforme termo de referência.

---

[Data e assinatura do representante legal da empresa]



## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

### ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. [número sequencial de atas e contratos]/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. **xx**/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4/2026

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de nobreaks 3 kva online dupla conversão para rack, com prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo peças e baterias.

**Valor total:** [preço] ([valor por extenso])

**Prazo de Vigência:** 36 (trinta e seis) meses, contados do primeiro dia útil subsequente ao de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**, inscrita no CNPJ sob o nº 78.316.064/0001-93, com sede provisória na Rua Governador Parigot de Souza, 145, Centro Cívico, CEP nº 86.015-903, no Município de Londrina – PR, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **Emanoel Edson de Oliveira Gomes**, matrícula funcional nº [número da matrícula funcional], doravante denominada Contratante, e **[NOME DA LICITANTE VENCEDORA]**, inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede na [endereço completo], CEP nº. [número do CEP], no Município de [município], neste ato representada pelo(a) Sr(a). [designado em ato constitutivo ou em instrumento de mandato], portador(a) da Cédula de Identidade nº [número do RG] e do CPF nº [número do CPF], considerando o que consta no Processo Administrativo em epígrafe, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **xx**/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR DO CONTRATO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de nobreaks 3 kva online dupla conversão para rack, com prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo peças e baterias, pelo prazo de 36 meses, para a Câmara Municipal de Londrina.

**1.1.1.** As especificações do objeto, os prazos e condições para sua execução, as obrigações da Contratante e da Contratada, as condições de pagamento e as sanções administrativas aplicáveis no curso da execução contratual estão dispostos no termo de referência (anexo I do edital de Pregão Eletrônico n.º **XX**/2026).

**1.2.** O preço total a ser pago pelos aparelhos locados é de R\$ .....,

**1.2.1.** Os preços unitários, mensal e total dos aparelhos locados estão dispostos abaixo:

Item único					
Descrição	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total 12 Meses	Valor Total 36 Meses
Locação de nobreaks 3 kva online dupla conversão para rack em regime de locação, com prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo peças e baterias, conforme termo de referência.	7	R\$	R\$	R\$	R\$

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** O termo de referência (seq. 22.1 do Processo Administrativo n.º 04/2026);

**1.3.2.** O edital da licitação (fls. \*\*\*MINUTA\*\*\* do Processo Administrativo n.º 04/2026);

**1.3.3.** A proposta comercial da Contratada;

**1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de recursos do orçamento vigente da Câmara Municipal de Londrina, conforme a seguinte classificação: Funcional Programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramentos: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE SOLICITAÇÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS APARELHOS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

**3.1.** A solicitação dos aparelhos se dará conforme as necessidades da Contratante, que, após a assinatura do presente instrumento, encaminhará todas as informações necessárias (especificação do item, quantidades e prazo), via de e-mail ou via aplicativo de mensagens (WhatsApp), com a Nota de Empenho.

**3.2.** A nota de empenho deverá ser solicitada pelo(a) fiscal do contrato.

**3.2.1.** O valor a ser empenhado deverá constar expressamente no pedido de empenho e deverá observar os preços definidos no presente instrumento.

**3.2.2.** O(a) fiscal do contrato enviará mensalmente à Contratada, via *e-mail* ou aplicativo de mensagens (*WhatsApp*), nota(s) de empenho referente(s) à prestação dos serviços.

**3.3.** As condições de entrega e de recebimento dos aparelhos locados, as condições de pagamento e as obrigações da Contratante e da Contratada estão dispostas no Termo de Referência do certame (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º **xx**/2026).

**3.3.1.** Todas as reclamações ou solicitações do Contratado serão encaminhadas à gestão do contrato, para registro nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas pela Câmara Municipal de Londrina, após manifestação do fiscal e, se preciso, da Assessoria Jurídica, no prazo de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação pelo mesmo período, desde que justificada e o Contratado seja notificado antes do esgotamento do prazo inicial.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**4.1.** A prestação dos serviços inclui manutenções preventiva e corretiva e assistência técnica, incluindo reposição de peças e baterias, bem como o cumprimento do nível mínimo de serviço (SLA), conforme especificado no item 4 do termo de referência indicado no subitem 1.3.1 do presente contrato.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO**

**5.1.** O modelo de execução contratual – envolvendo a entrega e a instalação dos aparelhos locados; os recebimentos provisório e definitivo; as manutenções preventiva e corretiva; a reposição de peças e baterias; as obrigações da Contratada e da Contratante; a aceitação e as condições de pagamento — está disciplinado no termo de referência indicado no item 1.3.1 deste contrato, sem prejuízo das cláusulas específicas deste instrumento.

**5.2.** O modelo de gestão do contratual – envolvendo a fiscalização da contratação, as sanções contratuais e as sanções administrativas aplicáveis – está disciplinado no termo de referência indicado no item 1.3.1 deste contrato, sem prejuízo das cláusulas específicas deste instrumento.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE SUA PRORROGAÇÃO**

**6.1.** Este contrato terá sua vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados do primeiro dia útil subsequente ao de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**6.2.** A prorrogação de que trata esta cláusula depende de:

**6.2.1.** Que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**6.2.2.** Que a Administração mantenha interesse na realização do serviço;

**6.2.3.** Que as condições de prestação do serviço se mantenham vantajosas;

**6.2.4.** Que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração, permitida a negociação com a Contratada;

**6.2.5.** Que a Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação;

**6.2.6.** Ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

**6.3.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**6.4.** O Contrato não poderá ser prorrogado quando:

**6.4.1.** A Contratada tiver sido declarada inidônea ou impedida de licitar e contratar com o Município de Londrina/PR, enquanto durarem os efeitos de tais penas;

**6.4.2.** A Contratada não se mantiver em compatibilidade com as obrigações assumidas, envolvendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado pela Administração (Fixação de Preço Máximo em 09/03/2026, conforme seq. 13.1 do Processo de Contratação de Fornecedores n.º 24/2025).

**7.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.2.1.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

**7.2.2.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

**7.2.3.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

**7.2.4.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

**7.2.5.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.3.** O reajuste de preços poderá ser concedido de ofício, na época devida, independentemente de requerimento, salvo em caso de renúncia expressa.

**7.4.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**7.5.** A Contratante decidirá sobre pedidos de reajuste de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da data do requerimento da Contratada.

**7.5.1.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

### **8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO**



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**8.1.** A fiscal do contrato será a servidora Danielle Domeneghetti Crepaldi de Oliveira, lotada no Departamento de Informática, matrícula 99954, que exercerá essa função conforme as disposições do termo de referência vinculado à presente contratação (especialmente seu item 8) e deste instrumento.

**8.2.** A gestora do contrato será a servidora Lilian Matsubara Denobi Vieira, matrícula n.º 11018, lotada no Departamento de Suprimentos e Patrimônio; ou, na ausência desta, o(a) gestor(a) será um(a) dos(as) servidores(as) indicados(as) no Despacho de seq. 5.1 do Processo Administrativo n.º 4/2026.

**8.2.1.** A gestão do contrato envolverá o recebimento dos relatórios de execução contratual e dos apontamentos de irregularidades para apuração de responsabilidade contratual, bem como a condução dos processos de aplicação de penalidade, prorrogação do contrato e repactuação.

### **9. CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Nos termos do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, comete infração administrativa a Contratada que:

- 9.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 9.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





## Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

9.2. À Contratada poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

9.2.1. **Advertência** por faltas leves e não reincidentes, nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2. **Multa:**

9.2.2.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, calculado sobre o valor da Nota de Empenho ou valor proporcional do item inadimplido, até o limite de 30% (trinta por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do objeto da contratação ou do respectivo item inadimplido.

9.2.2.2. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado nos prazos especificados para manutenção e suporte, calculado sobre o valor da Nota de Empenho ou valor proporcional do item inadimplido, até o limite de 30% (trinta por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do objeto da contratação ou do respectivo item inadimplido.

9.2.2.3. **Compensatória** de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução total do objeto, ou do valor proporcional ao item inadimplido, no caso de inexecução total de itens específicos.

9.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração direta e indireta do Município de Londrina pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 acima (art. 155, incisos II a VII, da Lei n.º 14.133/2021) quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12 acima (art. 155, incisos VIII a XII, da Lei n.º 14.133/2021) e nos casos citados no subitem anterior que justifiquem a imposição de sanção mais grave.

9.3. A entrega de objeto em desacordo com as especificações do termo de referência não descaracteriza a mora, que continuará sendo contada sem interrupção até a entrega adequada do objeto.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.4.2. As peculiaridades do caso concreto;



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**9.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**9.6.** A advertência será aplicada diretamente pelo fiscal do contrato, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade, cabendo recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis à autoridade superior, contados a partir da notificação, pelo fiscal, da aplicação da advertência.

**9.6.1.** Caso haja recurso contra a aplicação da advertência, a petição deverá ser encaminhada à gestora para encaminhamentos processuais até a decisão do recurso pela autoridade.

**9.7.** As sanções de multa, de impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante formada por, no mínimo, 2 (dois) agentes públicos, na seguinte forma:

**9.7.1.** O fiscal do contrato deverá encaminhar ao(à) gestor(a) relatório acerca do descumprimento contratual;

**9.7.2.** Recebido o relatório, o(a) gestor(a) encaminhará para a autoridade superior, para a instauração do processo, e para a autoridade máxima, para designar os agentes públicos para compor a comissão processante, que deverão ser escolhidos preferencialmente entre servidores do DSP e/ou do departamento demandante

**9.8.** O processo administrativo tramitará da seguinte forma:

**9.8.1.** O interessado será notificado, sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade, para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo informado que, caso tenha interesse, deve indicar, desde já, as provas que pretende produzir e que os autos estão disponíveis para consulta.

**9.8.2.** O pedido de produção de provas será rejeitado, mediante decisão fundamentada, nos casos em que for manifestamente protelatório ou irrelevante para o caso concreto.

**9.8.3.** Caso aceito o pedido de produção de provas, após a dilação probatória do processo, deverá ser concedido novo prazo de 15 (quinze) dias úteis ao interessado para alegações finais.

**9.8.4.** Em seguida, a comissão processante, elaborará relatório e encaminhará para decisão da Diretoria-Geral em caso de arquivamento ou aplicação das penas de multa e impedimento de



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

licitar e contratar ou para a Presidência, em caso de aplicação da pena de declaração de inidoneidade.

**9.9.** Da decisão que aplicar a pena de multa e de impedimento de licitar com o Município de Londrina, caberá recurso administrativo ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina/PR no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

**9.9.1.** O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à Presidência para decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**9.9.2.** O recurso terá efeito suspensivo.

**9.10.** Da decisão que aplicar a pena de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração ao Presidente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, que será decidido no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**9.11.** Transitada em julgado a decisão que aplicou a penalidade:

**9.11.1.** A interessada será notificada.

**9.11.2.** Será extraída portaria da decisão de aplicação da penalidade para publicação no Jornal Oficial do Município (exceto no caso de advertência), cuja data será utilizada como termo inicial da contagem dos efeitos.

**9.11.3.** A penalidade aplicada será registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

**9.12.** O prazo para pagamento da multa será de 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação para recolhimento.

**9.13.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

**9.13.1.** A aplicação de multa compensatória ao Contratado não impede que a Contratante busque o ressarcimento do prejuízo sofrido, caso este exceda o valor da multa aplicada, na forma da parte final do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

**9.14.** Aplica-se subsidiariamente ao procedimento de penalização previsto no presente contrato, o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021, e, analogicamente, o previsto na Lei n.º 9.784/1999.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES NO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**10.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**10.3.** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como amigavelmente.

**11.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**11.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

**11.1.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.2.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**11.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.2.3.** Indenizações e multas.

**11.3.** A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**11.4.** A Contratante poderá, nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da Contratada decorrentes do Contrato.

**11.5.** O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

fiscalização ou na Gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021).

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**12.1.** As partes se comprometem a cumprir a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) em todos os tratamentos de dados pessoais realizados em decorrência deste contrato, nos seguintes termos:

**12.1.1.** A Contratada somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da Contratante, em consonância com as finalidades do contrato e de acordo com os princípios estabelecidos no art. 6º da LGPD.

**12.1.2.** É vedado à Contratada compartilhar com terceiros os dados pessoais obtidos em razão deste contrato, salvo nas hipóteses legalmente permitidas e com prévia autorização da Contratante.

**12.1.3.** A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contratação de suboperadores que realizem tratamento de dados pessoais relacionados a este contrato.

**12.1.4.** Ao término do contrato, a Contratada deverá eliminar os dados pessoais tratados, salvo nas hipóteses legais que permitam sua conservação, conforme art. 16 da LGPD.

**12.1.5.** A Contratada é responsável por orientar e capacitar seus colaboradores quanto às obrigações e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**12.1.6.** Em caso de subcontratação autorizada, a Contratada permanece integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

**12.1.7.** A Contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar informações ou realizar diligências para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

**12.1.8.** A Contratada deverá notificar a Contratante, no prazo máximo de 24 horas, sobre qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados.

**12.1.9.** O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá acarretar, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis, a rescisão unilateral do contrato pela Contratante.

**12.1.10.** A Contratada declara-se ciente de que o tratamento inadequado dos dados pessoais poderá acarretar responsabilização nas esferas administrativa, civil e criminal, nos termos previstos na LGPD e demais legislações aplicáveis.



## **Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná**

**12.2.** Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, as obrigações de sigilo e proteção de dados aplicáveis à execução deste contrato compreendem, ainda, as disposições específicas do item 7.3 do Termo de Referência indicado no subitem 1.3.1 do presente contrato, que integra este instrumento como documento vinculante, especialmente no que tange ao acesso físico periódico aos equipamentos locados, ao software de gerenciamento e monitoramento de rede (inclusive via SNMP, RS232, RJ45 e USB) e ao tratamento de logs, configurações e demais dados de rede da Contratante.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**13.2.** Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como em seu sítio eletrônico oficial.

**13.3.** Fica eleito o Foro da comarca de Londrina-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Londrina, \*\*\*MINUTA\*\*\* de 2026.

Emanoel Edson de Oliveira Gomes  
Presidente da Câmara Municipal de Londrina

Nome do representante  
Contratada



## CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

### ANEXO IV – *CHECKLIST* DE DOCUMENTAÇÃO

Esta lista não exime o licitante da obrigação de se ater às cláusulas deste edital, servindo como *checklist* para facilitar a entrega da documentação no certame.

<b>Credenciamento – Item 3 do Edital</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Credenciamento do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, encontrado no Portal de Compras do Governo Federal: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>, por meio de certificado digital</li></ul>
<b>Proposta – Itens 4, 5 e 6 do Edital</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Conforme item 5 do edital, o <b>licitante</b> deverá registrar sua proposta mediante o preenchimento, <b>no sistema eletrônico</b>, dos seguintes campos:<ul style="list-style-type: none"><li>Valores unitários e totais dos itens, conforme instruções do item 1 deste edital;</li><li>Descrição dos produtos, contendo informações condizentes com as especificações do termo de referência.</li></ul></li><li><b>Atenção:</b> Será exigido do licitante mais bem classificado, junto com a proposta, a documentação listada no item 6.15 do edital.</li></ul>
<b>Habilitação – Item 8 do Edital</b>
O licitante poderá incluir a documentação de habilitação no SICAF. Caso não o faça e não seja possível ao pregoeiro e/ou à equipe de apoio obter os documentos faltantes nos sites dos respectivos órgãos emissores no momento da sessão, será convocado a enviá-los via sistema.
<b>Habilitação Jurídica (item 8.4)</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e atualizado (original e todas as alterações ou consolidação).</li></ul>
<b>Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (item 8.6)</b>





## CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

- Prova de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica – **CNPJ**.

Link: [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_Solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp)

- Prova de regularidade perante a **Fazenda Federal e a Seguridade Social** (Certidão Conjunta – conforme Portaria RFB/PGFN n.º 1.751/2014).

Link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>

- Prova de regularidade perante a **Fazenda Estadual, relativa à sede ou domicílio do licitante**.

Link para empresas com sede no Estado do Paraná:  
<http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica>

- Prova de regularidade perante a **Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do licitante**.

Link para empresas com sede no município de Londrina/PR:  
<https://portal.londrina.pr.gov.br/certidoes-servicos-online/certidao-negativa-unificada-e-certidao-positiva-de-debitos-com-efeito-de-negativa>

- Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

Link: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, por meio da apresentação da certidão negativa.

Link: <http://www.tst.jus.br/certidao>

### **Habilitação Econômico-Financeira (item 8.8)**

- **Certidão Negativa de Falência (item 8.8.1)** expedida pelo cartório distribuidor da sede do fornecedor/prestador.

(Obs.: caso a empresa esteja em Recuperação Judicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente).

**Para empresas com sede no Município de Londrina:**

– A certidão pode ser solicitada no Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina (Avenida



## CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

Tiradentes, n.º 1575 – Londrina/PR) e, mediante pagamento de custas, diretamente no cartório, retirada após 72 horas no mesmo local; ou

– Pode ser solicitada pelo e-mail [certidoes@distribuidorlondrina.com.br](mailto:certidoes@distribuidorlondrina.com.br) e, após pagamento de boleto, ser obtida em via digital em até 72 horas da solicitação ou retirada no Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina (Avenida Tiradentes, n.º. 1575 – Londrina).

Em caso de dúvida, entrar em contato com Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina: (43) 3572-3351 ou (43) 3342-1443.